

38º Encontro Anual da Anpocs
SPG13 – Partidos políticos e sistemas de partidos

Identidade e polarização partidária:
competição e alianças entre PT e PSDB em Minas Gerais

Nara Oliveira Salles (UFJF)

Identidade e polarização partidária: competição e alianças entre PT e PSDB em Minas Gerais¹

Nara Oliveira SALLES²

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Resumo: Este trabalho tem como proposta apresentar os resultados parciais da pesquisa de mestrado que visa investigar a relação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na arena eleitoral brasileira. Desde 1994, ambos os partidos protagonizam a disputa pela Presidência da República no Brasil, se estabelecendo como os principais concorrentes na esfera nacional. Apesar de PT e PSDB terem consolidado alto grau de polarização entre si nas disputas presidenciais, estudos como os de Anastasia, Meira e Nunes (2010), Machado e Miguel (2010) e Peixoto (2010) apontam diferentes lógicas que operam no nível subnacional, onde PT e PSDB se coligam, o que corrobora com a perspectiva de Lima Júnior (1980) segundo a qual escolhas feitas pelos partidos políticos nos estados não se orientam pela estratégia nacional, mas pelo tamanho e pela força relativa do partido no contexto local. Assim, o objetivo da pesquisa em andamento é verificar em que medida a polarização entre PT e PSDB observada em nível nacional conforma e estrutura a preferência dos eleitores na esfera local, influenciando a percepção e a maneira com que se relacionam com as legendas em questão.

Palavras-chave: Aliança. Identidade partidária. Polarização. PSDB. PT.

Introdução

O sistema político brasileiro, desde o processo de redemocratização do país na década de 1980 e do fim do bipartidarismo imposto no período militar, viu emergir um novo modo de organização dos partidos políticos. A Ciência Política busca desvendar os principais elementos desse novo modelo, tornando-o objeto de variados estudos que buscam investigar seu grau de institucionalização e consolidação, o processo de nacionalização dos partidos políticos brasileiros e a capacidade dos atuais partidos de estruturar de forma coerente e duradoura as preferências dos cidadãos e organizar a competição eleitoral no país.

Para determinada vertente de autores, a despeito do grande número de partidos existentes no Brasil, não há multipartidarismo efetivo no que tange às disputas majoritárias.

¹ Paper apresentado no SPG13 – Partidos políticos e sistemas de partidos, do 38º Encontro Anual da Anpocs, realizado entre os dias 27 e 31 de outubro de 2014, em Caxambu-MG.

² Mestranda em Ciências Sociais pelo PPGCSO/UFJF, com bolsa CAPES-DS. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo, pela mesma instituição de ensino. Integra o grupo de pesquisa “A política local na percepção dos vereadores: trajetórias, opiniões e atitudes das elites parlamentares municipais”, coordenado pela Profª. Drª. Marta Mendes da Rocha e financiado pelo CNPq e pela FAPEMIG.

Lima Júnior (1983), referindo-se à primeira experiência democrática brasileira de 1946-1964, aponta que o suposto excesso de fragmentação se dá, apenas, nominalmente, uma vez que o grau de competitividade reduz significativamente o número de atores relevantes e com reais chances de vitória. Nesse sentido, o autor defende que o número de partidos efetivamente importantes nas eleições não engloba a totalidade de legendas existentes. Para ele, o que determinaria a relevância ou não de tal agremiação política na disputa seria o seu esforço de organização somado às variações contextuais no espaço e no tempo, bem como nos diferentes níveis de competição.

Limongi e Cortez (2010), em estudo mais recente, concordam com a tese de Lima Júnior (1983), estendendo sua validade a partir do período da redemocratização até as eleições presidenciais de 2010. De acordo com os autores, o multipartidarismo, no sistema brasileiro, está restrito ao Poder Legislativo, cujos membros são eleitos pelo sistema proporcional. Além de identificarem uma lógica bipartidária nos pleitos presidenciais desde 1994, Limongi e Cortez (2010) detectam seus protagonistas: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Em todas as eleições entre 1994 e 2010³, os partidos somaram mais de 60% do total dos votos válidos, liderando a competição. O PSDB venceu duas disputas, em 1994 e em 1998, quando elegeu Fernando Henrique Cardoso, e o PT ganhou os pleitos de 2002, 2006 e 2010, levando Lula por duas vezes à Presidência, sendo sucedido por Dilma Rousseff.

Os autores consideram que “as eleições presidenciais organizam e estruturam as demais disputas” e que esta “é o prêmio principal; os demais são subsidiários” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.22). Eles apontam que essa clivagem entre PT e PSDB também se reproduz, em maior ou menor escala, na esfera estadual, podendo ser representada também por aliados históricos dos partidos, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) no caso do PT, e o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), no caso do PSDB.

Constatada a existência de uma lógica bipartidária nas eleições presidenciais, uma questão emerge. Em que medida essa lógica espelha o fortalecimento de certas identidades entre o eleitorado em um contexto, segundo os estudiosos do tema, marcado pela baixa institucionalização do sistema partidário e pelo baixo grau de identificação dos eleitores com os partidos?

³ No primeiro pleito após a redemocratização, em 1989, o segundo turno foi disputado entre Fernando Collor de Mello (PMN) e Luís Inácio Lula da Silva (PT), com a vitória de Collor. Nessa eleição, PT e PSDB somaram, juntos, apenas 28,7% dos votos, segundo dados apresentados por Limongi e Cortez (2010).

Uma das maneiras de os partidos políticos se relacionarem com os eleitores é através da construção de identidade partidária que, na concepção de Veiga (2007), constitui o conjunto de opiniões e de imagens sobre os partidos que o eleitorado constrói ao longo do tempo seja através de processos de socialização política, como defende a perspectiva psicológica, seja a partir de experiências culturais ou de classe, como propõe a explicação sociológica. Para a primeira vertente, representada pela Escola de Michigan, o eleitor passa a encarar a política a partir da perspectiva partidária na medida em que se simpatiza com determinado partido. Desde este momento, tal agremiação teria, para ele, preferência, em relação às demais. Sob outro ponto de vista, como sustentado por Downs (1957), expoente da Teoria da Escolha Racional, o partido atua como um atalho para que o cidadão selecione o seu candidato, minimizando custos de busca e processamento informacional. Apesar das diferentes abordagens, cabe o questionamento: a identidade partidária provocaria determinados resultados, ou esses, por seu turno, estruturariam a identificação dos eleitores?

Inspirado em questões como estas, o presente estudo tem como objetivo central investigar como a polarização entre PT e PSDB impacta as estratégias das elites políticas nos municípios de pequeno porte e a forma como os eleitores percebem e se posicionam perante tais partidos e frente à própria polarização. Tal análise, que se insere no campo de estudos sobre comportamento político e sistemas partidários aborda uma questão mais ampla do campo da Ciência Política tratada por Lima Júnior (1983) e, mais recentemente por Limongi e Cortez (2010), sobre em que medida as dinâmicas da competição política no nível nacional influenciam e/ou conformam a dinâmica da competição local, se reproduzindo ou não nessa esfera, e em que medida variáveis contextuais são importantes na conformação das preferências e percepções do eleitorado e nas escolhas das elites políticas no nível municipal.

Esta pesquisa pode representar importante contribuição para a área, considerando o pequeno número de estudos que abordam, seja com a intenção explicativa, analítica ou puramente descritiva, a dinâmica política nos municípios, especialmente nos de pequeno e médio porte. Possivelmente, esta lacuna na literatura se dá em virtude da maior visibilidade da competição política em outras esferas, incluindo os municípios maiores e as capitais.

Outra contribuição da pesquisa é lançar luzes sobre a importância e o lugar dos pleitos municipais no contexto do arranjo federativo brasileiro. A Constituição de 1988 reconhece os municípios como entes federativos com autonomia política, administrativa e financeira, sendo que a primeira implica no poder que os eleitores possuem de escolher diretamente seus representantes para o Executivo e para o Legislativo local sem interferência das demais unidades da federação. Combinada à separação, no ano de 1994, das eleições municipais em

relação às eleições estaduais e nacionais, esse traço institucional, em tese, daria ensejo para a multiplicação de lógicas e dinâmicas políticas nos diferentes municípios do país, em coerência com o princípio constitucional de que estados e municípios devem gozar de autonomia para lidar com as peculiaridades locais.

Por outro lado, é comum, às vésperas das eleições municipais, encontrar análises que situam o pleito local como uma espécie de antecipação das eleições nacionais. A movimentação das lideranças políticas estaduais e nacionais no sentido de influenciar a competição no nível local com apoio a candidatos aliados é vista como uma antecipação desses atores que objetivariam assegurar bases de apoio para sua própria reeleição dois anos depois. Neste sentido argumentam Anastasia, Nunes e Meira quando afirmam que “as estratégias que informam os movimentos de alguns atores relevantes, na arena da competição municipal, são desenhadas, principalmente, com vista a maximizar as chances de vitória nas eleições presidenciais” (ANASTASIA, NUNES e MEIRA, 2010, p.247).

Para Santos (2012), as eleições nacionais possuem dois tipos de impacto nos pleitos municipais: a construção de redes de apoio para as eleições para deputados federais e a socialização de lideranças políticas locais que tenham como ambição a disputa de cargos em outros níveis da competição. Assim, a pesquisa que ora se propõe pode contribuir para iluminar essas questões na medida em que busca verificar em que medida nas eleições locais, a lógica da disputa nacional se afirma com toda força ou em que medida sofre a mediação de características do contexto local.

O fato de a clivagem selecionada se dar entre o PT e o PSDB torna ainda mais relevante este estudo, uma vez que os partidos são, atualmente, os principais atores do jogo político no Brasil, no que diz respeito às eleições para o Executivo. Esta constatação, apresentada pela literatura, justifica o foco do trabalho nas eleições majoritárias, visto que, além de terem maior visibilidade, também são aquelas sobre as quais a teoria indica influência da polarização presidencial.

O ponto de partida para a análise é a pergunta sobre se a polarização entre PT e PSDB na disputa pela presidência da República nos últimos 20 anos influencia a competição política em nível local e as percepções e as preferências dos eleitores de modo geral ou se seu impacto seria mediado por características contextuais dos municípios, como sugere a tese apresentada por Lima Júnior na década de 1980. A hipótese do trabalho é a de que, a despeito da importância dos dois partidos na organização da competição político-eleitoral no país, a polarização PT-PSDB não se reproduz da mesma forma e com a mesma intensidade nos

municípios de pequeno porte, seja entre as elites políticas, seja entre os eleitores, sendo afetada por características da competição político-partidária nos municípios.

Quatro variáveis, mais especificamente, teriam impacto sobre o grau de polarização observado na esfera municipal: o comportamento tanto do PT quanto do PSDB em eleições anteriores em coligações; o desempenho eleitoral de cada um deles; a organização de ambos os partidos no município; o percentual de filiados petistas e peessedebistas local.

A partir de tais variáveis, é possível elaborar hipóteses secundárias. Primeiramente, acredita-se que o comportamento prévio dos partidos em coligações eleitorais conforma contextos diferenciados que irão influenciar, em maior ou menor grau, as preferências e as opiniões do eleitorado. Dessa forma, se espera nível mais alto de polarização em municípios em que os partidos cristalizaram posições opostas e rivais no jogo político ao longo do tempo, em contraposição ao nível mais baixo de polarização que se encontraria nos municípios nos quais os dois partidos se apoiaram mutuamente nas eleições majoritárias.

São propostos cinco diferentes cenários considerando apenas a primeira variável independente – coligação e lançamento de candidatura própria na eleição majoritária – a partir das coligações formadas pelos dois partidos: (1) *Aliança plena* (PT e PSDB em uma mesma coligação e com candidato a prefeito de um desses partidos); (2) *Aliança parcial* (PT e PSDB coligados, mas com candidato a prefeito de outro partido); (3) *Polarização baixa* (PT e PSDB em coligações opostas, mas ambos sem lançar candidatos próprios); (4) *Polarização média* (PT e PSDB em alianças diferentes, mas somente um dos partidos com candidato próprio); (5) *Polarização alta* (PT e PSDB em alianças separadas e cada um com um candidato próprio à prefeitura).

O grau de polarização, contudo, não seria afetado apenas pela posição relativa dos dois partidos nas coligações majoritárias e pelo lançamento ou não de candidatura própria. O desempenho eleitoral de ambos seria importante para definir o grau de polarização da disputa, já que este requer centralidade dos atores na competição eleitoral local. A segunda hipótese, portanto, afirma que a polarização será maior nos contextos em que os dois partidos, além de se firmarem como adversários, lançando candidaturas próprias e compondo coligações diferentes, apresentam-se como os dois partidos com melhor desempenho nas eleições. Por sua vez, o grau de polarização seria menor nos contextos em que os partidos não se apresentam como os dois atores principais da competição eleitoral.

Acredita-se ainda que a presença e a forma da organização partidária no município influenciam a clivagem estabelecida entre PT e PSDB no nível local, já que a instituição de diretórios partidários ou comissões provisórias podem oferecer indicativos de maior

capilaridade do partido no município e presença mais ativa de lideranças políticas, que poderiam contribuir para um maior alinhamento do partido com decisões tomadas em nível nacional e estadual, aumentando o grau de polarização. Seria como se representantes e membros do partido no nível municipal contassem com um canal de comunicação com outras instâncias organizacionais do partido situadas em outras esferas, o que poderia assegurar maior coerência sobre o comportamento coligacional dos partidos nos três níveis.

Em relação a essa hipótese é preciso considerar, como sugerido por Braga e Rodrigues-Silveira (2012), que há uma diferença no grau de organização partidária de acordo com o órgão estabelecido, já que diretórios podem ser considerados mais completos por demandarem maior número de filiados e a realização de uma convenção municipal para a sua homologação. As comissões provisórias, todavia, são frutos de iniciativa do diretório estadual do partido e possuem curta duração (90 dias), podendo representar um passo anterior à formação dos diretórios se houver convenção⁴. Os autores também verificam que, a despeito dos argumentos tradicionais acerca do restrito grau de nacionalização dos partidos brasileiros e do pequeno impacto de tais organizações na competição local, há crescente consolidação dos partidos políticos no Brasil em todos os níveis da competição eleitoral. Logo, a hipótese aqui é a de que a polarização será maior nos contextos em que existem órgãos ativos dos partidos, sobretudo diretórios.

Assim como se supõe maior probabilidade de reprodução da clivagem nacional e estadual no município na presença de órgãos dos partidos, hipótese semelhante é sustentada com relação ao número de filiados. Espera-se que um número maior de filiados combinado à presença de órgãos partidários indique uma estrutura partidária mais desenvolvida e consolidada com impactos sobre as estratégias eleitorais dos partidos e as preferências e percepções dos eleitores. Parte-se da ideia de que os custos impostos aos partidos ao formarem alianças ideológica ou programaticamente inconsistentes serão maiores quanto maior for a presença dos “públicos atentos”. Filiados, em tese, não são eleitores comuns, mas públicos que mobilizam eleitores e se envolvem, em maior grau, nas discussões e decisões no interior do partido. Nesse sentido, podem ser obstáculos para a realização de coalizões entre partidos que tradicionalmente se colocam em lados opostos ou, no caso em que não são capazes de evitar a aproximação, podem atuar no sentido de salientá-las junto aos demais

⁴ Apesar desta previsão da legislação, apresentada por Braga e Rodrigues-Silveira (2012), nos dados disponibilizados pelo TSE, há significativo número de comissões vigentes há cerca de três anos. Uma das explicações possíveis é a de que os partidos políticos, sem condições de cumprirem as exigências para a criação de diretórios, optem por renovar continuamente as comissões no âmbito local.

públicos. A hipótese, portanto, é a de que a polarização entre PT e PSDB será maior quanto maior for o número de filiados dos dois partidos no contexto analisado.

A combinação das quatro variáveis independentes elencadas que, cada qual a seu modo, afetaria o grau de aliança e polarização entre PT e PSDB no município, segundo a hipótese principal, dá origem a cenários locais diferenciados. O panorama de *polarização alta* entre os partidos seria aquele em que PT e PSDB se encontram em coligações diferentes, ambos lançando candidatos próprios ao cargo de prefeito, apresentando o melhor desempenho eleitoral em número de votos em municípios nos quais ambos possuem diretórios ativos e percentual de filiados maior do que a média dos municípios analisados para ambos os partidos. Já o cenário de *aliança plena* seria aquele em que PT e PSDB encontram-se na mesma coligação com um dos partidos lançando candidato próprio ao cargo de prefeito (o que indica que um partido apoia o candidato do outro), apresentando o melhor desempenho eleitoral em número de votos em municípios nos quais os partidos possuem comissões como órgão organizacional e o percentual de filiados é menor do que a média dos municípios analisados. Além destes extremos, a combinação das variáveis também permite a elaboração de panoramas intermediários de aliança e polarização.

Para verificar as hipóteses apresentadas a pesquisa divide-se em duas etapas principais. A primeira consiste na análise de dados quantitativos referentes às variáveis independentes definidas. A proposta é classificar os municípios de acordo com o padrão comportamental dos partidos e demais variáveis, a fim de enquadrá-los nos cenários elaborados. A classificação dos municípios será realizada considerando dados relativos às eleições de 2000, 2004, 2008 e 2012 partindo-se do pressuposto de que o tempo é um fator fundamental na conformação das preferências e das percepções dos eleitores.

Do total dos 853 municípios de Minas Gerais, 658 foram analisados, de modo preliminar, nas eleições de 2012 para o executivo. Foram excluídos da análise: 28 municípios que dispunham de apenas um candidato a prefeito; 93 em que o PT não se coligou e nem apresentou candidatura própria para o executivo; 64 em que a mesma situação ocorreu com o PSDB; e 10 em que o fato ocorreu com ambos os partidos. Os 658 municípios verificados foram agrupados em dois grandes cenários, de *aliança* com PT e PSDB fazendo parte da mesma coligação na eleição para prefeito e de *polarização*, com PT e PSDB fazendo parte de coligações diferentes. 173 municípios se encaixam no cenário de aliança e 485 no cenário de polarização.

Em seguida, os dois cenários foram desagregados em cinco (Quadro I). O cenário *aliança* foi desagregado em *aliança plena*, que corresponde aos municípios nos quais PT e

PSDB estavam na mesma coligação, com candidato de um dos dois partidos, e *aliança parcial*, que corresponde aos municípios nos quais PT e PSDB estavam na mesma coligação, mas apoiando um candidato a prefeito de outro partido. Já o cenário *polarização* foi desagregado em três: *polarização baixa*, em que PT e PSDB se encontravam em coligações diferentes, mas sem candidatos próprios; *polarização média*, com PT e PSDB em coligações diferentes, mas apenas um deles com candidato próprio; e *polarização alta*, com PT e PSDB em coligações diferentes, ambos com candidatos próprios.

Quadro I – Frequência dos cenários de aliança e polarização entre PT e PSDB nas eleições de 2012 para prefeito em Minas Gerais

Cenário	Municípios
Aliança plena	11,9% (78)
Aliança parcial	14,4% (95)
Polarização baixa	22,0% (145)
Polarização média	36,8% (242)
Polarização alta	14,9% (98)

Fonte: Elaboração própria.

Uma análise mais detalhada do comportamento dos partidos nas eleições de 2012 revelou que, dos 658 municípios mineiros verificados, 176 podem ser enquadrados nos cenários extremos elaborados. Desses, 78 correspondem ao cenário de *aliança plena* e os outros 98 correspondem ao cenário de *polarização alta*. Em todos os 176 casos, os candidatos do PT e/ou do PSDB estavam entre os dois mais votados sendo, assim, atores centrais na disputa. Incorporando as outras duas exigências relacionadas à existência de diretório ou de comissão partidária no município e ao número de filiados⁵, foi possível identificar 18 municípios que se encaixavam em um dos dois polos, *aliança plena* e *polarização alta*, dos cenários (Quadro II).

⁵ A média foi calculada com base no percentual de filiados sobre o total da população em todos os municípios de analisados. Para o PSDB, a média encontrada foi 0,090%, enquanto para o PT foi 0,072%.

Quadro II – Aliança e polarização entre PT e PSDB nas eleições de 2012 para prefeito em Minas Gerais

	Características	Municípios
Cenário 1: Aliança plena	- PT e PSDB na mesma coligação, com candidatura própria - Candidato entre os dois mais votados - Municípios com comissão dos dois partidos - Percentual de filiados em relação ao total de habitantes menor que a média do total dos municípios	Coroaci Ibitiúra de Minas Juramento São Félix de Minas Senador Cortes
Cenário 2: Polarização alta	- PT e PSDB em coligações distintas, ambos com candidatos próprios - Ambos os candidatos entre os dois mais votados - Municípios com diretório dos dois partidos - Percentual de filiados em relação ao total de habitantes maior que a média do total dos municípios	Alterosa Cambuquira Carbonita João Monlevade Ladainha Lambari Monte Carmelo Piraúba Pitangui Ponte Nova Prados Santana do Paraíso Senador Firmino

Fonte: Elaboração própria.

No conjunto dos cinco municípios de *aliança plena* entre PT e PSDB (cenário 1), pode-se notar a presença de comissão como órgão partidário de ambos os partidos e menor percentual de filiados petistas e peessedebistas em relação a média total dos municípios. Tais variáveis foram consideradas por se adotar como hipótese secundária que a maior fragilidade da organização partidária local e um número mais baixo de filiados poderia atenuar a reprodução da polarização nacional. Do lado oposto, por sua vez, treze municípios foram encontrados no cenário 2, de *polarização alta* entre PT e PSDB, preenchendo as exigências da presença de diretórios dos dois partidos e percentual de filiados do PT e do PSDB maior do que a média dos municípios. Neste caso, supõe-se que maior solidez da organização partidária no nível local e maior número de filiados seriam fatores que contribuiriam para a nacionalização da competição no nível municipal.

Em um teste de correlação (Spearman) considerando os 176 municípios observou-se uma associação positiva e estatisticamente significativa de 0,122** entre existir diretório do

PT no município e PT e PSDB estarem separados nas eleições de 2012. Quanto à existência de diretório do PSDB, a associação não é estatisticamente significativa. Ainda se observou uma relação positiva e estatisticamente significativa de 0,085* entre o número de filiados do PT ser maior do que a média dos municípios mineiros e PT e PSDB estarem separados nas eleições de 2012. Também há uma associação positiva e estatisticamente significativa de 0,083* entre o número de filiados do PSDB ser maior do que a média dos municípios mineiros e PT e PSDB estarem separados nas eleições de 2012⁶.

A partir desta classificação, o propósito é selecionar um município com *aliança plena* e outro com *polarização alta* entre PT e PSDB para a realização de pesquisa qualitativa, através de grupo focal com roteiro semiestruturado, em que possa ser avaliado em que medida e como a clivagem PT-PSDB, observada em nível nacional e estadual, estrutura preferências e percepções do eleitor local. De acordo com Veiga e Gondim (2001), a utilização metodológica dos grupos de discussão permite focar na base da formação de opiniões, valores e atitudes, ou seja, nos processos de “influenciação” social. Assim, o grupo focal parece técnica adequada uma vez que tem como pressuposto que a identidade partidária, a preferência e as percepções dos eleitores sofrem “influenciação” das decisões das elites políticas locais, sobretudo. As autoras embasam a escolha, dizendo que:

a premissa básica dos grupos de discussão é a de que as pessoas formam as suas opiniões e percepções nos processos interativos em que se engajam, sendo mutuamente influenciadas pelo jogo de forças que vai se constituindo nas relações interpessoais, intra e intergrupais. (VEIGA e GONDIM, 2001, p.9)

A ideia, a princípio, é constituir três grupos de discussão nos dois municípios, em que a classe social serviria como primeiro critério de divisão de dois dos grupos, de modo que fossem separados integrantes da classe A/B, C/D, mantida a idade constante. Serão selecionados para participarem dos grupos eleitores que já votavam e residiam no município, pelo menos na primeira eleição em análise, no ano de 2000, e que não são filiados ou simpatizantes de algum partido político. No terceiro grupo, a ideia é recrutar militantes que sejam também filiados nos dois partidos para tentar medir a diferença de percepção entre atores mais e menos envolvidos no contexto político.

O recorte para a análise quantitativa a ser realizada na primeira etapa é constituído por todos os municípios de Minas Gerais. É importante ressaltar que o estado foi selecionado para a pesquisa porque, além de abrigar grande variedade intraestadual referente a aspectos

⁶ Um asterisco corresponde a significância de 0,05. Dois asteriscos correspondem a significância de 0,01.

socioeconômicos, políticos, populacionais dentre outros, é o estado do país com o maior número de municípios. Ademais, Minas constitui um caso peculiar na relação entre PT e PSDB, como pode ser verificado nos dados do TSE e do TRE-MG apresentados abaixo. É importante ressaltar que os números das eleições presidenciais expostos são referentes à votação dos candidatos somente no estado de Minas Gerais.

Desde o momento em que o PSDB chega ao governo do estado, em 2002, com a vitória de Aécio Neves e se mantém no poder, sucedido por Antônio Anastasia, o PT também sai vitorioso no estado, porém nas eleições presidenciais. Nas eleições de 2002, Aécio venceu no 1º turno com 56,68% dos votos válidos, enquanto o candidato petista Nilmário de Miranda (PT) obteve 30,72%. Para o cargo de presidente, por sua vez, Lula (PT) atingiu 53% dos votos no 1º turno, aumentando seu percentual para 66,45% na 2ª rodada. O candidato do PSDB, José Serra, conquistou 22,85% no 1º turno e 33,55% no 2º, perdendo a eleição.

No pleito de 2006, o panorama se repete com a reeleição de Aécio Neves (PSDB) como governador de Minas com 77,03% dos votos válidos. Nilmário de Miranda, novamente candidato pelo PT, obteve 22,03% dos votos. No mesmo ano, Lula se reelegeu com 65,20% dos votos válidos em Minas Gerais. No 1º turno das eleições para presidente, o petista recebeu 50,80% dos votos válidos, enquanto Alckmin atingiu 40,61%. No 2º turno, o candidato tucano alcançou 34,80%.

Em 2010, a vitória do PSDB em Minas e a do PT para a presidência se repete: Antônio Anastasia é eleito para o governo do estado no primeiro turno com 62,72% dos votos válidos. Nessa disputa, o PT não apresentou candidato próprio para governador, mas compunha a coligação de apoio a Hélio Costa (PMDB), que alcançou 34,18% dos votos. Na eleição presidencial, Dilma Rousseff (PT) obteve 46,98% no primeiro turno e 58,45% dos votos válidos no segundo, tendo José Serra (PSDB) recebido 30,76% e 41,55% dos votos no 1º e no 2º turno, respectivamente.

Observa-se, portanto, que no estado de Minas, a força do PT e do PSDB varia em função da competição em questão, com o PSDB apresentando hegemonia na eleição majoritária estadual ao mesmo tempo em que o PT predomina na disputa para a presidência, diferentemente de outros estados, como São Paulo, em que o PSDB dominou as duas disputas.

Não é objetivo desta pesquisa propor uma explicação para esse cenário aparentemente paradoxal e incoerente. Os dados apresentados tem a função de mostrar que a escolha em focar municípios do estado de Minas Gerais parece ser uma estratégia interessante tendo em vista o problema central que orienta a pesquisa. Contudo, nenhuma etapa deste projeto

poderia ser cumprida antes de uma breve apresentação do estado da arte dos estudos sobre coligações no Brasil, incluindo os avanços recentes no que se refere às coligações no nível municipal, e sem uma análise do histórico da relação entre os dois partidos ao longo do tempo nos diversos níveis de competição.

Coligações eleitorais e polarização PT-PSDB: o debate acadêmico

Na arena política, independentemente do nível da disputa, os partidos se relacionam entre si, sobretudo, através de coligações partidárias. Sob a ótica da legislação brasileira, o conceito de coligação prevê aliança entre as legendas para a disputa eleitoral, “devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários” (Lei nº 9.504/1997, art.6º, §1º). Entretanto, não há consenso na literatura sobre qual (ou quais) a racionalidade e a estratégia que operam por detrás de tais uniões.

Em pesquisa sobre as lógicas das alianças eleitorais nos anos de 1950, 1954 e 1958, Gláucio Soares (1964), ao verificar a frequência das alianças para os cargos de governador, senador e deputados federais e estaduais, propôs a “*teoria da economia de esforços*”, através da qual explicita que os partidos são atores racionais que buscam, com a formação de coligações, a redução de custos da disputa e a maximização de chances de vitória. Contudo, o mesmo autor introduz as diferenças ideológicas como possível freio à formação de coligações e introduz no debate a “*teoria da resistência ideológica*” na qual parte da premissa de que fatos sociais, como urbanização e educação, possam constranger a coligação entre partidos de diferentes matrizes ideológicas. Por esta perspectiva, o grau de proximidade político-ideológica também seria considerado ao se decidir pela construção de alianças.

Gláucio Soares (1964) também atribui importância à variável tamanho do partido em sua explicação. Para ele, partidos menores teriam maior probabilidade de formar coligações já que, assim, somariam mais votos para atingirem o coeficiente eleitoral. Lima Júnior (1983), todavia, critica tal elaboração e sugere que se pense não em tamanho do partido, que pode variar em diferentes níveis e contextos de competição, mas que se considere a ideia de força relativa do partido, como proposto por Souza (1976).

De acordo com Machado (2012), no caso das eleições proporcionais, o efeito mais significativo das coligações resulta na maior facilidade do acesso à representação parlamentar, uma vez que a combinação de votos favorece com que se atinja o quociente eleitoral determinado, componente que se torna ainda mais relevante quando há elevada

competitividade na arena eleitoral. Além disso, o autor acrescenta que estas alianças permitem congregiar o tempo disponível no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) dos diversos partidos que as compõem, maximizando este importante instrumento de campanha eleitoral.

Limongi e Cortez (2010) acrescentam mais um componente pragmático relativo aos significativos gastos das campanhas eleitorais no Brasil, especialmente no que diz respeito às campanhas nacionais. A partir desta concepção, os autores acreditam que as alianças eleitorais também tenham uma função de reduzir despesas e garantir a participação das menores legendas na disputa. Os autores afirmam que: “os altos custos de entrada na disputa presidencial inviabilizam candidaturas que não contam com amparo de coligações partidárias que garantam a presença nos principais colégios eleitorais” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.29).

Já Lima Júnior, em estudo sobre o funcionamento dos partidos políticos brasileiros no período de 1945-1962, afirma que:

As decisões partidárias de formar alianças foram racionais porque tinham como principal objetivo maximizar o apoio eleitoral e foram contextuais porque tomadas localmente, à luz dos resultados da eleição prévia, e não de acordo com uma estratégia partidária nacional. A força local relativa de um partido constitui-se, assim, no determinante principal de qualquer decisão sobre formação de alianças. (LIMA JÚNIOR, 1983, p.77)

Defendendo, portanto, que não se pode lançar mão de uma “racionalidade política invariante” para a compreensão da lógica das coligações eleitorais, assim como teria feito Gláucio Soares, Lima Júnior (1983) a substitui pela noção de “*racionalidade contextual*” e estrutura dois princípios básicos para o entendimento das coligações: “(a) o partido forma alianças a fim de maximizar seu suporte eleitoral; (b) o partido forma alianças para tentar derrotar seu principal adversário” (LIMA JÚNIOR, 1983, p.63).

Esta concepção de que a construção de coligações estaria atrelada à diminuição de opositores também perpassa a “Lei de Ferro da competição eleitoral”, em que Figueiredo (1994), considerando ainda os mecanismos do sistema eleitoral, aponta que há uma relação inversamente proporcional entre a probabilidade de formação das coligações e a estrutura de oportunidades eleitorais dos atores que compõem o jogo político em um determinado contexto. Para a autora, as regras da arena eleitoral podem aumentar ou diminuir as chances de eleição dos competidores.

A perspectiva institucional ainda é incorporada por Anastasia, Nunes e Meira (2010) ao tentar compreender o processo estratégico de formação das alianças formais em estudo

sobre a interação entre PT e PSDB nas eleições majoritárias compreendidas entre 1998 e 2008. De acordo com os autores:

[...] as escolhas dos atores relativamente aos seus aliados ou adversários na arena eleitoral sofrem o impacto de variáveis institucionais – o presidencialismo de coalizão; a organização federativa brasileira; o multipartidarismo e suas expressões subnacionais; o calendário eleitoral – e de variáveis políticas – a dinâmica da competição nos diferentes níveis da Federação e ao longo do tempo; o caráter *aninhado* das eleições majoritárias brasileiras. (ANASTASIA, NUNES e MEIRA, 2010, p.270)

Schmitt (1999), por sua vez, também proporcionou significativa colaboração ao debate através de sua tese de doutoramento em que se propõe a investigar o grau de consistência ideológica das coligações. O autor elabora três categorias de alianças que podem ser denominadas e caracterizadas da seguinte maneira: *ideologicamente consistentes*, quando compostas por partidos de mesma matriz ideológica; *mais ou menos consistentes*, quando consagradas entre blocos ideológicos colaterais (partidos de esquerda ou de direita ligados com os de centro); *inconsistentes*, se formadas por partidos com posições opostas dentro do espectro ideológico.

Apesar de sua importância, esta abordagem não considera o tamanho da coligação e o peso de cada partido participante. Para além destes elementos, Miguel (2010) ainda ressalta a insuficiência da dicotomia esquerda-direita como fator explicativo e classificativo do sistema partidário do Brasil:

[...] nossos partidos são criados e desaparecem, se fundem, se partem, mudam de nome. Há a baixa identificação do eleitorado. Há o personalismo das disputas políticas. Há o fato de que um político pode passar por diversas legendas ao longo de sua carreira, de esquerda ou de direita. Mas há, sobretudo, a fraca coesão e o localismo. (MIGUEL, 2010, p.34)

A revisão de algumas teorias produzidas sobre os fatores que atuam como incentivos e constrangimentos às coligações é um ponto de partida importante para o problema central desta pesquisa que é em que medida a polarização entre PT e PSDB nas eleições presidenciais se reproduz no nível local nas escolhas feitas pelas suas lideranças políticas e nas preferências e percepções dos eleitores.

Criado em 1980, o PT nasceu como a grande surpresa da reforma partidária promovida pelo governo militar em 1979. Nesse momento, outros fatores impulsionaram o nascimento do partido, como o movimento operário do ABC paulista, o retorno de militantes da esquerda

do exílio e a ascensão do movimento de base da Igreja Católica. De acordo com a história contada pelo próprio partido através de seu site oficial:

a criação do PT foi resultado da combinação entre a ideia e, principalmente, a prática de trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais, artistas que almejavam um instrumento de representação para promover profundas alterações nos destinos de suas histórias e da sociedade brasileira pela via democrática.⁷

Se o cenário político brasileiro estava dividido, anteriormente, entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) por força de uma imposição do governo autoritário, agora, além do PT, outros partidos davam vida ao Plano Mestre⁸, traçado pelo General Golbery do Couto Silva, cujo objetivo era “dividir para reinar”. Assim, a ARENA se transformou no Partido Democrático Social (PDS) e o MDB se dividiu em diferentes partidos: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Popular (PP) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em 1988, originado de uma divisão no PMDB, surge o PSDB tomando como base a democracia interna e a disciplina, como declarado no estatuto do partido⁹. Segundo Anastasia, Nunes e Meira (2010, p.249), a criação do PSDB tinha “o intuito de reunir sob sua legenda os chamados autênticos ou progressistas do PMDB”. Entre os objetivos programáticos descritos em seu estatuto estão:

a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais.

Logo nas primeiras eleições após a redemocratização, em 1989, PT e PSDB debutaram na eleição presidencial. Embora esta tenha sido uma competição diferente das que seriam travadas nas eleições subsequentes, pelo fato de que os dois partidos não representavam os principais atores em concorrência já começava a se delinear uma oposição entre eles (Tabela 1).

⁷ Disponível em http://www.pt.org.br/o_partido. Acesso em 25/02/2014.

⁸ O Plano Mestre foi divulgado pelo general Golbery, em palestra na ESG, que tinha como principal preocupação dividir a oposição para maior controle do regime sobre o processo de liberalização. Além da extinção do bipartidarismo, o Plano previa, entre outras propostas, a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores, a sincronia das eleições municipais com as eleições gerais, o voto vinculado e a ampliação da filiação partidária. (Soares, Samuel, 2006).

⁹ Disponível em http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/estatuto_atualizado-psdb_2013.pdf. Acesso em 28/03/2014.

**Tabela 1 – Coligações com a participação do PT e do PSDB no 1º turno das Eleições
Presidenciais (1989-2010)**

Ano	Coligações com a participação do PT	Coligações com a participação do PSDB
1989	PT – PSB – PCdoB	PSDB
1994	PT – PSB – PCdoB – PCB – PV – PPS – PMN – PSTU	PSDB – PFL – PPB – PTB – PSD
1998	PT – PCB – PSB – PCdoB	PSDB – PPB – PTB – PFL – PSD
2002	PT – PL – PCdoB – PMN – PCB	PSDB – PMDB
2006	PT – PRB – PCdoB	PSDB – PFL
2010	PT – PRB – PDT – PMDB – PTN – PSC – PR – PTC – PSB – PCdoB	PSDB – PTB – PPS – DEM (ex-PFL) – PMN – PTdoB

Fonte: TSE e Limongi e Cortez (2010).

É possível perceber, através dos dados apresentados, que PT e PSDB nunca estiveram numa mesma coligação nas disputas pela Presidência. O único momento de aproximação entre os partidos nesse contexto nacional foi em 1989, quando Mário Covas, candidato do PSDB, após chegar à quarta colocação, apoiou Lula (PT), que disputava o segundo turno dessas eleições com Fernando Collor (PMN).

Pela classificação estabelecida por Schmitt (1999), se poderia afirmar que as coligações feitas pelo PT ao longo do tempo podem ser consideradas mais *inconsistentes* do que as do PSDB, uma vez que o primeiro é incluído na categoria esquerda¹⁰ e realizou coligações com partidos de direita. Como o PSDB está no centro do espectro ideológico, qualquer aliança que faça, à esquerda ou à direita, poderia ser classificada como *mais ou menos consistente*, por se tratar de partidos de posições correlatas. Todavia, como já foi exposto anteriormente, tal categorização tem suas limitações, o que torna necessário avaliar outras variáveis.

Outro elemento que ainda pode ser observado nos dados da Tabela 1 são os aliados históricos de ambos os partidos: para o PT, o PSB, e para o PSDB, o PFL, atual DEM.

¹⁰ Para verificar a classificação ideológica dos partidos, conferir Fleischer (2010).

Contudo, fatores do próprio sistema eleitoral também podem ter efeito sobre a clivagem entre os dois partidos, segundo sugerem Anastasia, Nunes e Meira:

A lógica da disputa presidencial, que envolve um sistema majoritário com produção de resultados de soma zero, alimentou a polarização política entre as duas legendas e resultou no alinhamento do PSDB com partidos situados à direita do espectro ideológico, como o PFL e o PTB; e na aliança do PT com partidos de esquerda como PSB, PCdoB e PSTU. (ANASTASIA, NUNES e MEIRA, 2010, p.251)

Para Limongi e Cortez (2010), mesmo que ambos os partidos tenham construído coligações estáveis, que se estreitaram ao longo do tempo, no caso do PT observou-se maior rigidez ideológica¹¹ na formação das alianças antes da chegada de Lula ao poder, em 2002. Desse ponto em diante, o comportamento do partido sofreu uma alteração. Segundos os autores, “para chegar à presidência, o partido sempre se mostrou disposto a fazer alianças com inimigos do passado, como também se mostrou aberto a sacrificar sua penetração e expansão estadual em nome de uma política nacional” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.26). Assim, para eles, a mudança nas estratégias de coligações do PT se deve, principalmente, à sua chegada ao poder pela Presidência.

Ainda que, com os componentes apresentados, já se possa vislumbrar o posicionamento antagônico consolidado pelos partidos no decorrer das diversas rodadas eleitorais, a análise do desempenho eleitoral dos partidos no período se faz fundamental (Tabela 2), ao demonstrar como eles se converteram nos principais atores da competição majoritária nacional. Afinal, como poderia haver polarização se não fosse acirrado o grau de competitividade entre os partidos?

Tabela 2 – Desempenho do PT e do PSDB no 1º turno das Eleições Presidenciais (1989-2010)
(% votos válidos)

Ano	Partido		
	PT	PSDB	PT + PSDB
1989	16,1	10,8	26,9
1994	27,0	54,3	81,3
1998	31,7	53,1	84,8
2002	46,4	23,2	69,6
2006	48,6	41,6	90,3
2010	46,9	32,6	79,5

Fonte: TSE e Limongi e Cortez (2010) e Anastasia, Nunes e Meira (2010).

¹¹ Na percepção de análises como a de Miguel (2010).

Como já foi afirmado, na disputa de 1989 não é possível verificar a polarização nem a centralidade do PT e do PSDB. Contudo, a partir de 1994, com as primeiras “eleições casadas”, delinea-se um padrão de competitividade e polarização entre os partidos com ambos somando nunca menos de 69% dos votos válidos em todas as eleições desde então até o ano de 2010. Em 1994 e em 1998, o PSDB elegeu Fernando Henrique Cardoso para a presidência no 1º turno e Luís Inácio Lula da Silva, candidato petista, obteve a segunda colocação. De 1994 a 2002, o PT se consolidou como o principal partido de oposição. Quando, em 2002, o PT chega ao poder com a vitória de Lula, a polarização entre os dois partidos se solidifica, já que, até então, o PT, que representava apenas uma possibilidade se torna realidade e o PSDB se estabiliza como a legenda mais significativa de oposição ao governo.

Há quem vislumbre o enfraquecimento da clivagem entre os dois partidos por diversos motivos: a não alternância de poder, com a sucessão de Dilma Rousseff aos dois mandatos de Lula; a disputa pela principal força de oposição entre o PSDB e o DEM desde 2002; a competição no interior do PSDB que pode vir a abrir espaço ou a beneficiar Marina Silva (PSB) no próximo pleito. Entretanto, o fato é que, desde 1994, PT e PSDB controlam mais de 69% dos votos válidos nas eleições presidenciais e se apresentam ao eleitorado como as alternativas centrais para as grandes questões da nação. Segundo Echegaray, em afirmação feita no ano de 2007:

Avaliados em sua competência para resolver diferentes assuntos – da violência à corrupção, do desemprego à educação, do crescimento econômico ao meio ambiente –, somente os dois grandes agrupamentos partidários do PT e do PSDB são reconhecidos como capazes por uma maioria expressiva. O resto da oferta eleitoral-partidária simplesmente carece de força suficiente em qualquer uma dessas áreas específicas para disputar um espaço com o atual bipartidarismo [...]. (ECHEGARAY, 2007, p.16)

No período entre 1989 a 2010, PT e PSDB foram as únicas agremiações partidárias a apresentarem candidatos próprios nas eleições presidenciais de modo contínuo, sem interrupções. Ambos os partidos participaram de todas as disputas, enquanto o PCB/PPS e o PDT – legendas que ofereceram mais candidaturas depois do PT e do PSDB – ingressaram na competição com candidatura própria metade das vezes. Os outros partidos participaram com candidato próprio ainda menos do que isto. Tais fatores reforçam ainda mais o duopólio dos dois partidos na arena política nacional.

O predomínio dos dois partidos na disputa para a eleição presidencial nos últimos 20 anos e a estabilidade dessa dinâmica contrasta com o diagnóstico bastante comum na literatura que aponta a baixa institucionalização do sistema partidário brasileiro e o baixo grau

de identificação dos eleitores com os partidos no Brasil. Opõe-se ainda com os índices de volatilidade eleitoral, com o caráter fortemente personalista dos processos eleitorais no país e com a ideia bastante difundida de que os partidos brasileiros não se institucionalizaram ao ponto de estruturar de forma consistente e duradoura as escolhas dos eleitores. Ainda que se destaque o PT como um partido diferenciado, dadas as suas origens, as suas características organizacionais e o seu número de simpatizantes, fica a questão: como explicar que no contexto do sistema partidário brasileiro, este bipartidarismo no nível da eleição presidencial tenha emergido e se consolidado?¹²

Limongi e Cortez (2010) defendem que não se pode atribuir tal polarização e predomínio das legendas à identificação partidária dos eleitores. Os autores não descartam que haja uma parcela de influência desta questão nos resultados apresentados, todavia, pensam que:

O eleitorado partidário fiel, um eleitor que vota sistematicamente no mesmo partido ao longo do tempo, seja o PT ou o PSDB, é uma minoria do eleitorado. Dados de identificação partidária indicam que eleitores partidários não passam de um terço do eleitorado. Ademais, não é claro que um eleitor identificado com um partido votará constantemente neste. As porcentagens de eleitores identificados a um partido tendem a variar com a conjuntura. (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.23)

Os autores não consideram que PT e PSDB tenham suficiente enraizamento social para a explicação do protagonismo na esfera política nacional, eles atribuem o cenário de polarização ao número restrito de candidaturas e às estratégias intrapartidárias, sobretudo no que diz respeito à organização e expansão das bases eleitorais. Eles ressaltam: “eleitores votam nas poucas candidaturas que lhes são oferecidas” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.25).

A colocação dos autores sugere que seja importante fazer o movimento inverso em consonância com os objetivos da presente pesquisa. Ao invés de refletir, prioritariamente, sobre como a identidade partidária dos eleitores produz a clivagem PT-PSDB, pretende-se investigar se e como a dinâmica política em nível nacional e em que medida a centralidade e a polarização entre os dois partidos conforma e estrutura as preferências e as percepções do eleitorado no nível municipal. Para realizar tal transposição de nível de análise, porém, é necessário entender como é a relação entre ambas as legendas em uma esfera intermediária do jogo, as eleições majoritárias estaduais.

Com menor intensidade e de maneira diferenciada, a literatura indica que a clivagem PT-PSDB também se reproduz, em alguma medida, no nível estadual, no que diz respeito às disputas majoritárias – é o que Sandes-Freitas (2012) denomina de *nacionalização da*

¹² Segundo Veiga (2007), em 2002, 39% dos eleitores se identificavam com algum partido; em 2006, o percentual foi de 28%.

competição eleitoral. Na perspectiva do autor, este movimento se inicia após o pleito de 1994, já que no período anterior os arranjos políticos estaduais seriam dotados de lógica própria, como apontado por Lima Júnior (1983). Depois, há uma mudança na lógica eleitoral, sobretudo na formação das coligações, que, segundo o autor, indica o entrelaçamento entre as dinâmicas políticas nacional e estadual.

De acordo com Sandes-Freitas (2012), componentes institucionais do sistema eleitoral, como a possibilidade de reeleição para cargos majoritários, estabelecida em 1997, e a verticalização das coligações partidárias, instituída pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2002, também teriam influência sobre a *nacionalização da competição*. Para Melo (2006, p.56), a verticalização exigida, ao invés de contribuir para a coerência das coligações, incentivou a formação de alianças informais nos estados e a desistência de algumas legendas de participar da disputa presidencial. Assim, no ano de 2006, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 52, garantindo autonomia aos partidos para escolherem livremente suas alianças eleitorais.

Se PT e PSDB, nas eleições para a presidência, concentravam, juntos, mais de 69% dos votos válidos desde 1994, o panorama estadual opera de modo menos centralizado, conforme indica Limongi e Cortez (2010). Nesta circunstância, a soma dos votos recebidos pelos dois partidos nas eleições para governador atinge 52% em seu melhor desempenho (Tabela 3). Mesmo que em nível nacional PT e PSDB garantam maior predomínio, é possível verificar que ambos os partidos ainda concentram número significativo de votos na disputa pelos governos estaduais, que sofreu aumento considerável em 2002 e em 2006. Percebe-se que, cada vez mais, as legendas selecionadas – PT, PSDB, PSB, PMDB e DEM – se configuram como os atores centrais na arena política estadual, já que o número de votos recebidos por outros partidos envolvidos na competição diminui ano após ano, indicando uma simplificação do quadro partidário neste nível, que pode ser confirmada pelo número de governadores eleitos por cada um destes partidos (Tabela 4).

O PSDB, no que diz respeito ao número de governadores eleitos no período entre 1990 e 2010, teve quase o dobro do PT, porém, juntos, obtiveram parcela significativa dos representantes eleitos, especialmente a partir de 1994, de modo que:

Dentre os maiores partidos brasileiros, PT e PSDB foram os únicos a se mostrarem capazes de (1) formular um projeto de política nacional, (2) apresentar candidatos competitivos às eleições presidenciais e (3) se unificar em torno de (1) e (2). PT e PSDB sempre tiveram claro que as decisões tomadas na arena principal – a presidencial – deveriam subordinar as demais. Mas, pelo menos até 2002, isso teve consequências distintas para os dois partidos. Mesmo antes da primeira eleição presidencial, a estratégia petista sempre foi claramente nacional – tratava-se de

firmar um projeto político, de levar o partido ao maior número de estados possível, correndo em faixa própria com seus símbolos e seu discurso. [...] No caso do PSDB a candidatura presidencial sempre procurou apoio em candidatos estaduais competitivos, fossem eles do PSDB ou não. Em consequência, o número de candidaturas próprias aos governos estaduais, entre 1990 e 2010, foi bem menor que os lançados pelo PT [...]. (MELO e CÂMARA, 2012, p.83)

Tabela 3 – Percentual de votos recebidos pelos principais partidos para o cargo de governador no Brasil (1990-2010)

Ano	Partido						
	PT	PSDB	PT + PSDB	PSB	PMDB	DEM	Outros
1990	9,7	11,6	21,3	0,5	22,2	10,8	45,3
1994	11,7	23,2	34,9	2,4	17,5	6,8	38,5
1998	14,5	19,9	34,4	2,9	22,9	15,3	24,6
2002	27,7	22,9	50,6	10,1	12,9	7,2	19,3
2006	21,9	30,1	52,0	5,8	18,0	7,8	16,3
2010	20,1	28,9	49,0	11,5	18,2	4,2	16,9

Fonte: Adaptada de Limongi e Cortez (2010).

Tabela 4 – Governadores eleitos (1990-2010)

	1990	1994	1998	2002	2006	2010	Total
PT	0	2	3	3	5	5	18
PSDB	1	6	7	7	5	8	34
PT + PSDB	1	8	10	10	11	13	53
PSB	0	2	2	4	3	6	17
PMDB	7	9	6	5	7	5	39
DEM	8	2	6	4	1	2	23

Fonte: Limongi e Cortez (2010).

Apesar de tal *nacionalização da competição*, ainda é essencial considerar que fatores contextuais possivelmente atuam na formação de alianças e, portanto, na configuração do cenário político estadual. Como demonstrado por Anastasia, Nunes e Meira (2010), as únicas alianças constituídas, entre 1998 e 2010¹³, que incluíam ambos os partidos ocorreram nas

¹³ Os autores expõem dados referentes ao período entre 1998 e 2006. A atualização englobando a disputa de 2010 é de responsabilidade da autora.

eleições para os governos estaduais do Acre e do Piauí, em 1998. Também é válido ressaltar que, de 1998 até 2006, PT e PSDB não competiram nem cooperaram para os pleitos de governadores no Paraná (1998); em Alagoas, no Amazonas, no Espírito Santo, no Maranhão, em Rondônia e em Roraima (2002); no Amazonas, na Bahia, no Espírito Santo, no Paraná e em Rondônia, (2006). Ou seja, com relação a estas eleições poderia ser afirmado que a disputa não esteve polarizada entre os dois partidos.

Não obstante, tal elaboração pode não ser sustentada devido ao fato, assegurado por Limongi e Cortez (2010), de que os partidos não atuam isoladamente na arena estadual, mas formam blocos junto a seus aliados históricos, o PSB, no caso do PT, e o PFL/DEM, no caso do PSDB. “Assim, no geral, a disputa nos estados gira em torno dos representantes diretos dos dois blocos ou se dá entre um destes e o PMDB” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.34).

Anastasia, Nunes e Meira (2010), concluem o conjunto de argumentos propondo que a relação eleitoral entre PT e PSDB engloba “[...] a reiteração de um padrão competitivo entre os dois partidos, ao longo do tempo, na maioria dos estados brasileiros, no âmbito das eleições para governadores, replicando as interações já apontadas no contexto do pleito presidencial” (ANASTASIA, NUNES e MEIRA, 2010, p.257).

De 1994 a 2010, PT e PSDB rivalizaram diretamente nas eleições para governador em pequeno número de estados e com reduzida frequência, a maior delas no ano de 2002 (Quadro III), de acordo com dados do TSE. Considerando as disputas em que ambos os partidos apresentaram candidatos próprios e que também eram os mais competitivos, a maior polarização se deu, ao longo do tempo, nos estados do Pará e de São Paulo. No ano de 1994, não houve nenhum caso de tal clivagem. Em 1998, ela aconteceu somente no estado do Mato Grosso do Sul. Já em 2002, houve aumento na polarização estadual, que foi ampliada para os estados do Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná e São Paulo, além de ter se repetido no Mato Grosso do Sul. Assim, totalizaram seis casos. Na eleição seguinte, em 2006, o número foi reduzido para quatro casos, incluindo uma nova manifestação, no estado do Rio Grande do Sul, e repetições em Minas, Pará e São Paulo. Em 2010, a polarização se reduz ainda mais, permanecendo apenas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e estreando no Acre. Apesar de, à primeira vista, os dados aparentarem demonstrar pequena importância da polarização entre PT e PSDB nos estados, é preciso considerar, como aponta a literatura, que nessa arena, a clivagem pode se dar, muitas vezes, por meio de aliados históricos dos partidos. Da clivagem entre PT e PSDB no nível nacional para a relativa polarização que opera na arena estadual incidiram componentes, sejam eles referentes à organização do partido, a fatores contextuais ou a estratégias das lideranças locais, que modificam o grau de predomínio dos

dois partidos. É de se esperar que este panorama sofra ainda mais alterações quando transposto para o âmbito municipal, esfera na qual se veria com maior intensidade a operação de uma *racionalidade política contextual* nos termos de Lima Júnior (1983). Neste caso, o autor propõe que se investiguem as particularidades da dinâmica político-partidária e a força relativa dos partidos no nível subnacional em vez de se lançar mão da *racionalidade política invariante*.

Quadro III: Estados nos quais PT e PSDB lideraram a disputa pelos governos estaduais como adversários (1994-2010)

1994	1998	2002	2006	2010
-	MS	CE, MS, MG, PA, PR, SP	MG, PA, RS, SP	AC, PA, SP

Fonte: TSE.

Kerbaudy (2009), no entanto, defende que ainda que a polarização PT-PSDB não se reproduza no âmbito local, ela tem impacto sobre a maneira pela qual os partidos se organizam, devido à consolidação das legendas em território nacional visualizada a partir de 1996. Porém, a autora não despreza os componentes do arranjo político municipal, afirmando que os resultados da competição “parecem carregar características regionais e locais que interferem fortemente na arena eleitoral” (KERBAUY, 2009, p.28). Dantas (2013), por sua vez, defende que o arranjo partidário municipal dispõe de certa autonomia quando se refere às disputas por prefeituras.

Anastasia, Nunes e Meira (2010) congregam as duas perspectivas, a de nacionalização e a de racionalidade contextual para formularem a conexão entre os diferentes níveis da disputa política.

A dinâmica e os resultados da competição política em alguns dos municípios brasileiros, no contexto das eleições municipais, configuram *fatores contextuais* para a organização da competição em outras arenas, escolhidas por alguns atores como arenas principais do jogo eleitoral. Dessa forma, as eleições municipais, em algumas capitais e cidades de grande porte, estão *aninhadas* com as eleições para governadores e para presidente. (ANASTASIA, NUNES e MEIRA, 2010, p.263)

Para os autores, o *aninhamento* das eleições nas três esferas implica em um jogo que ocorre em múltiplas rodadas, interligando resultados e posicionamentos de oposição ou de aliança. Mais do que um jogo que acontece no espaço, a competição política também abrange o tempo, elemento que somado a outros fatores, estrutura a lógica partidária local. Braga e Rodrigues-Silveira (2012) também partem deste princípio ao afirmarem que as bases locais

podem atuar na resolução de conflitos intrapartidários, assim como podem embasar a construção de alianças formais ou informais no nível subnacional que auxiliem no alcance de objetivos nacionais. Segundo os autores, “neste sentido, as estruturas partidárias no Brasil importam na medida em que permitem, ao mesmo tempo, a consolidação de um partido a nível local, mas também ajudariam a estabelecer limites para o desenvolvimento territorial de outros partidos” (BRAGA e RODRIGUES-SILVEIRA, 2012, p.42, tradução nossa).

O principal argumento explicativo das coligações no âmbito municipal é, para Peixoto (2010), a probabilidade de o sistema de poder no município já estar consolidado quando as agremiações partidárias iniciam seu processo de expansão territorial das bases eleitorais. Deste fato resultariam dois processos: (1) não restaria alternativa aos novos partidos que se instalam no município a não ser a formação de coligações com aqueles já consolidados, que podem, inclusive, ser de matriz ideológica diferente, uma vez que o jogo político poderia apresentar relativa estabilidade e dificuldade de inserção inicial dos novos partidos na competição; (2) legendas que buscam a expansão territorial seriam obrigadas a se adaptar às singularidades locais, o que explicaria a variação de parceiros do PT nas coligações a partir do momento em que se expandiu pelos municípios brasileiros.

No que concerne às relações estabelecidas entre PT e PSDB na esfera municipal, Anastasia, Nunes e Meira (2010) verificam um aumento de 8,2% para 19,1% nas coligações que englobam ambos os partidos entre o período de 2000 e 2008, em municípios com até 200 mil eleitores. Por outro lado, nas cidades de maior porte, o índice é consideravelmente menor, embora tenha aumentado ao longo dos anos: em 2000, as alianças representavam 3,2%, porcentagem que passou para 4,4%, em 2004, e atingiu 5,3%, em 2008.

Dantas (2013) também observa que, no universo dos 5.568 municípios brasileiros, PT e PSDB estiveram ligados em 1104 deles nas eleições majoritárias de 2012. Entre 2000 e 2012, o autor aponta que as alianças entre os dois partidos aumentaram cerca de 144,79%. Apesar de, aparentemente, o índice parecer elevado, em comparação com o avanço das coligações entre o PT e os demais partidos, é o terceiro menor, estando à frente apenas do PSB e do PPS¹⁴. Interessante notar que o primeiro é considerado o aliado histórico do Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, parece verdadeiramente que a lógica local é diferenciada.

Depois do PMDB, PT e PSDB são, respectivamente, os partidos que mais lançaram candidatos a prefeito no pleito de 2012. O perfil da participação de ambas as legendas nestas

¹⁴ Dantas (2013) considera os dez grandes partidos: PP, DEM, PR, PTB, PMDB, PSDB, PPS, PDT, PSB e PT.

eleições indica que o PT conseguiu eleger mais representantes no Nordeste e o PSDB, no Sudeste.

Há um elemento que parece ser central para a compreensão da dinâmica das coligações em nível local e que, a despeito das diferentes abordagens explicativas, perpassa, de algum modo, toda a literatura sobre o tema: a dimensão do município. Na análise de Anastasia, Nunes e Meira (2010), a frequência e o êxito eleitoral das coligações entre PT e PSDB tende a ser menor à medida que aumenta o tamanho e a centralidade política do município. Deste modo, coligações como esta, que confronta a polarização estabelecida nacionalmente, é mais comum quanto menor a cidade e quanto menor a sua visibilidade no cenário nacional uma vez que nestas circunstâncias haveria menor impacto na próxima e mais importante rodada do jogo, as eleições presidenciais. Miguel e Machado (2010) também argumentam nesse sentido:

As identidades partidárias tornam-se mais fluidas e orientadas por situações mais específicas com o decréscimo no tamanho dos municípios. Existe um mosaico de posições partidárias, porém, ao se enxergar o conjunto à distância, não se forma uma imagem clara de qual figura essas peças menores se destinavam a representar. (MIGUEL e MACHADO, 2010, p.363)

Peixoto (2010) vai além e produz um modelo explicativo das coligações entre PT e PSDB. Em seus achados, ele registra a relação proporcional entre probabilidade dos dois partidos se coligarem e as variáveis: (a) tamanho da população, (b) renda per capita do município, (c) proporção de analfabetos, (d) industrialização, (e) capital eleitoral do partido na eleição anterior e (f) competição eleitoral. Ele percebe que quanto mais se aumenta (a), (d), (e) e (f) diminui a probabilidade de coligação entre PT e PSDB. As demais variáveis atuam de maneira oposta sendo que quando encontradas em maior grau, maior a chance de a aliança acontecer. No entanto, o autor adverte:

Essas flexibilizações podem ter mais a ver com questões de posicionamento estratégico [...] do que com características socioeconômicas ou demográficas dos pequenos municípios em si (em geral, baixa renda, altas taxas de analfabetismo, baixa industrialização, etc.). Pode-se apontar também que o grau de competição do sistema não é um fator preponderante para explicar as coligações nos municípios entre adversários ideológicos no nível nacional; [...] não basta competição agregada do sistema, e sim a competitividade do ator que faz a escolha de se coligar ou não. (PEIXOTO, 2010, p.297)

Em síntese, os estudos sobre coligações eleitorais se dividem e combinam as perspectivas pragmáticas, que têm foco na redução de custos e maximização dos resultados eleitorais, analisando as coligações como modo de atingir o quociente eleitoral e aumentar o tempo no HGPE, por exemplo, e a perspectiva ideológica, que propõe que alianças com

partidos de posições diferentes no espectro ideológico podem trazer altos custos aos partidos que, por isso, as evitariam. No que diz respeito à relação entre PT e PSDB, especificamente, é consenso na literatura a polarização entre ambos os partidos no nível nacional, sobretudo a partir de 2002. Entretanto, admite-se a *nacionalização* da disputa que, embora não se reproduza da mesma maneira nos estados, tem forte influência sobre seus arranjos eleitorais. Em teoria, a polarização nacional ao passar de nível diminuiria sua força, chegando ainda mais fraca na arena municipal, estando diretamente relacionada com o tamanho e a visibilidade do município.

É possível afirmar que o arranjo político local é um jogo complexo que envolve variadas questões, como pôde ser verificado. Entretanto, oferece elementos suficientes para a elaboração da hipótese desenvolvida neste trabalho segundo a qual a polarização entre PT e PSDB não se reproduz de forma automática nos municípios de pequeno e médio porte. O grau em que tal clivagem estrutura as percepções e as preferências do eleitorado depende, diretamente, das particularidades do jogo na arena local. Contudo, a verificação dessa hipótese implica em compreender e desvendar as variáveis atuantes neste processo.

Considerações finais

Antes de qualquer apontamento, é importante ressaltar que os dados iniciais apresentados são fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento. Mesmo com outras etapas do projeto ainda não concluídas, como o debate sobre identidade partidária, a coleta de dados quantitativos sobre as demais disputas eleitorais pela prefeitura em Minas Gerais (2008, 2004 e 2000) e a realização dos grupos focais, é possível verificar os diferentes cenários de aliança e de disputa entre PT e PSDB no estado.

Apesar da rivalidade no âmbito nacional, os partidos foram aliados, no ano de 2012, em 173 dos 658 municípios analisados, que representa 26,29% dos casos. Também é importante ressaltar que, mesmo nos cenários de polarização, os partidos não se enfrentaram diretamente (ambos com candidaturas próprias) em 79,79% dos casos, contemplando 387 municípios. Somente em 20,20% dos casos (98 municípios) é que a polarização nacional foi reproduzida em Minas Gerais nas eleições de 2012.

Tais dados apontam a existência de diferentes elementos que operam no contexto local, conformando ambientes de disputas diversos e, em número significativo dos casos, opostos ao visto na esfera nacional. No que diz respeito à organização partidária, pressupõe-se que o órgão partidário e o número de filiados tenham algum impacto. Entretanto, independente das correlações encontradas ou não entre as variáveis estudadas, é importante

investigar o impacto delas (e de outras possíveis) sobre os eleitores, de modo que possibilite descobrir como se articulam as preferências e as percepções dos eleitores nos municípios diante de lógicas distintas e comportamento variado entre PT e PSDB nas esferas nacional e local.

Referências bibliográficas

ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe; MEIRA, João Francisco. A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa e RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario em Brasil. **América Latina Hoy**, v.62, p.15-45, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em 26/02/2014.

DANTAS, Humberto. Eleições municipais 2012 e o padrão de coligações entre os partidos para disputa de prefeituras. **Cadernos Adenauer**, v.XIV, n.2, p.127-145, 2013.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper, 1957.

ECHEGARAY, Fabián. Eleições no Brasil: a caminho de um sistema político moderno. **Política & Sociedade**, v.10, p.13-24, 2007.

FIGUEIREDO, Marcus. A Lei de Ferro da Competição Eleitoral: A Aritmética Eleitoral ou Eleições Casadas, Resultados Solteiros e o Dilema dos Partidos. **Cadernos de Conjuntura**, n.50. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.

FLEISCHER, David. Articulação de coligações no Brasil – antes e depois da verticalização (1994 e 1998 versus 2002 e 2006): impacto sobre os partidos. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais. **Perspectivas**, v.35, p.15-33, 2009.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMONGI, Fernando e CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos Estudos**, v.88, p.21-37, 2010.

MACHADO, Carlos Augusto Mello. Condicionantes das coligações para o cargo de prefeito no Brasil (2000). **36º Encontro Anual da ANPOCS**, Águas de Lindóia, 2012.

MELO, Carlos Ranulfo. Reforma Política em Perspectiva Comparada na América do Sul. In: AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima (Orgs.). *Reforma Política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

_____. e CÂMARA, Rafael. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados – Revista de Ciência Sociais**, v.55, n.1, p.71-117, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. Os partidos brasileiros e o eixo “esquerda-direita”. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

_____. e MACHADO, Carlos. De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

PEIXOTO, Vitor de Moraes. Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (Orgs.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

VEIGA, Luciana. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opinião Pública**, v.13, n.2, p.340-365, 2007.

_____. e GONDIM, Sônia Maria Guedes. A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**, v.VIII, n.1, p.1-15, 2001.

SANDES-FREITAS, Vítor Eduardo Veras de. Alianças contextuais ou nacionalizadas? Análise das coligações nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer**, v.XIV, n.2, p.147-165, 2013.

_____. Nacionalização da competição eleitoral no novo contexto democrático brasileiro: uma análise à luz das categorias analíticas e do neoinstitucionalismo. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v.21, n.2, p.48-60, 2012.

SANTOS, Fabiano. As eleições municipais e seu lugar. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 mar. 2012.

SCHMITT, Rogério. **Coligações Eleitorais e Sistema Partidário no Brasil**. Tese de doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SOARES, Gláucio Dillon. Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n.17, p.95-124, 1964.

SOARES, Samuel Alves. **Controles e autonomia**: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Editora UNESP, 2006

